

~~DECISÃO: EMITIR Parecer Prévio, recomendando a Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, a Aprovação, das Contas de governo da Prefeitura Municipal, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Romildo Veloso e Silva, nos termos do disposto no Art. 37, I, da Lei Complementar n.º 109/2016;~~

~~Após o trânsito em julgado dessa decisão, deve a Secretaria deste Tribunal, notificar o Presidente da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o Art. 71, §2º, da Constituição Estadual, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de crime de improbidade, por violação do Art. 11, II, da Lei n.º 8.429/1992, sem prejuízo de outras sanções que vier a imputar este Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.~~

#### RESOLUÇÃO Nº 15.552, DE 18/11/2020

Processo nº 202004475-00

Natureza: Consulta

Município: Santa Bárbara do Pará

Origem: Prefeitura Municipal

Interessado: Nilson Ferreira dos Santos – Prefeito

Advogado/Procurador: Danilo Victor da S Bezerra (OAB-PA 21.764)

Instrução: Diretoria Jurídica

Exercício: 2020

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

**EMENTA:** CONSULTA. QUESTIONAMENTO SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO EM EDUCAÇÃO DIANTE DO CONTEXTO PANDÊMICO. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA OBRIGATORIEDADE CONSTITUCIONAL DA APLICAÇÃO DE UM PERCENTUAL MÍNIMO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

1. Não é possível assentar um juízo de valor prévio, sob pena de fixação de prejulgado de caso concreto quanto à apuração dos fatos e eventuais irregularidades, que somente ocorrerá por ocasião da análise da prestação de contas, considerando, especialmente o que estabelece a LINDB (Decreto-Lei n.º 4.657/1942 com a redação dada pela Lei Federal n.º 12.376/2010).

2. É inadmissível a flexibilização da regra constitucional do Art. 212, que impõe aos Municípios a aplicação do percentual mínimo de 25% dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

3. No caso do Chefe do Executivo Municipal as consequências resultantes da apuração de descumprimento de limites constitucionais ou legais, observam a regra da emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a não aprovação das contas, aplicação de multas e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de ato de improbidade administrativa, conforme dispõe a LC n.º 109/2016 e RITCM-PA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, apreciada nos termos do Art. 298, do Regimento Interno desta TCM/PA (Ato nº 16/2013), resolvem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.

**DECISÃO:** em conhecer da **CONSULTA**, nos termos da deliberação já exarada por este Pleno, da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora, que passam a integrar esta decisão, responder ao Consulente que:

**Item 01** – A análise de qualquer prestação de contas ocorrerá, notadamente à luz das prescrições estabelecidas pela LINDB (Decreto-Lei n.º 4.657/1942 com a redação dada pela Lei Federal n.º 12.376/2010), com vistas a apuração dos fatos, eventuais irregularidades e a situação, in concreto, aportada por cada ente jurisdicionado, não sendo possível, contudo, que se faça estabelecer, um juízo valorativo prévio, na forma pleiteada pelo CONSULENTE, sob pena de adentrarmos no campo da futurologia ou da fixação de pré-julgado de tese.

**Item 02** – Não obstante as circunstâncias extraordinárias ditas pela pandemia do novo coronavírus tenha levado à suspensão de aulas presenciais e outras atividades essenciais que por sua vez repercutiram na economia de muitos entes federativos, provocando alterações inesperadas na execução financeira e orçamentária, em grave prejuízo ao planejamento prévio, não há como se admitir e preconizar a flexibilização da regra constitucional, constante no Art. 212, que impõe aos Municípios a aplicação do percentual mínimo de 25% dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Item 03** – As possíveis ou hipotéticas consequências advindas da apuração de descumprimento de limites constitucionais ou legais, seguem, como regra ordinária, a incidência, no caso do Chefe do Executivo Municipal (contas de governo), de emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a não aprovação das contas; aplicação de multas, na forma da LC n.º 109/2016



e RITCM-PA, para além da remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de ato de improbidade administrativa, conforme o caso.

**RESOLUÇÃO Nº 15.553, DE 25/11/2020**

Processo nº 830012007-00

Origem: Prefeitura Municipal de Tomé Açu

Assunto: Recurso Ordinário Contra Decisão objeto da Resolução nº 11.983/2015

Exercício: 2007

Recorrente: Francisco Eudes Lopes Rodrigues

Advogados: Alano Luiz Queiroz Pinheiro – OAB nº 10.826 e Luiz Sérgio Pinheiro Filho – OAB nº 12.948

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas.

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO CONTRA DECISÃO OBJETO DA RESOLUÇÃO Nº 11.983/2015. PM DE TOMÉ AÇU. EXERCÍCIO DE 2007. PELO CONHECIMENTO E NEGAR PROVIMENTO.

**RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, dos autos.

**DECISÃO:** Conhecer do presente RECURSO ORDINÁRIO, por ser tempestivo e adequado a espécie, para, no mérito **NEGAR PROVIMENTO**, uma vez que as alegações recursais não foram suficientes para sanarem as falhas apontadas na decisão proferida na **Resolução nº 11.983**, publicada em 18.09.2015, o qual emitiu parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Tomé Açu, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. **FRANCISCO EUDES LOPES RODRIGUES**, mantendo na íntegra o teor da Resolução mencionada.

Protocolo: 34120

**MEDIDA CAUTELAR****CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA****REVOGAÇÃO DE DECISÃO CAUTELAR**

Processo nº 202100883-00

Município: Prainha

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Exercício: 2021

Assunto: Revogação de Decisão Cautelar

Demandado: Davi Xavier de Moraes – Prefeito Municipal de Prainha

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

**REVOGAÇÃO PLENÁRIA DE MEDIDA CAUTELAR**

~~Tratam os autos de Revogação de Medida Cautelar Monocrática expedida em 05 de fevereiro 2021 e homologada pelo Plenário em 10 de fevereiro 2021, conforme Acórdão nº 37.985/2021, cujo teor é o seguinte:~~

**EMENTA:** ~~HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO CAUTELAR. REALIZAÇÃO DE CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. DESCUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 800/2020, QUE ALTEROU O BANDEIRAMENTO DA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS PARA PRETA (LOCKDOWN). DETERMINAÇÃO DE SUSTAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021-1801.03; ASSIM COMO QUALQUER CONTRATO DECORRENTE DOS MESMOS. MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO.~~

~~Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, decidiram os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da Sessão e Decisão declinada pelo Conselheiro Daniel Lavareda, por unanimidade, em **HOMOLOGAR a DECISÃO CAUTELAR**, fundamentada no Art. 95, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, em desfavor do Sr. **Davi Xavier de Moraes – Prefeito de Prainha**, que **DETERMINA O SEGUINTE:**~~

~~I – Adoção de Medida Cautelar, com fundamento no Art. 95, Incisos II c/c Art. 96, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, para sustar o Pregão Presencial nº 09/2021-1801.03, e caso já tenha havido a homologação do referido Certame Licitatório, que o contrato seja sustado.~~

~~II – Imediata suspensão de todos os atos relativos ao processo supramencionado, devendo a municipalidade abster-se de praticar quaisquer atos relativos ao Certame Licitatório acima citado, assim como o procedimento de contratação, de igual modo, sejam sustados, a partir da ciência desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária no valor de 300 (trezentas) UPFPA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará, em conformidade com o Art. 283, do RITCM, até a decisão definitiva do mérito da demanda apresentada no presente processo;~~

~~III – Notificação do gestor responsável Sr. **Davi Xavier de Moraes – Prefeito**, para que apresente, se assim o desejar, justificativa sobre os fatos, bem como sobre a medida cautelar determinada, no prazo de 10 dias, conforme Art. 177, do RI-TCM;~~

